

**Manchete**

TCE intima 13 pessoas para explicar gastos da Câmara de Bonito

Redação Bonitonet terça-feira, 4 agosto, 2026 0



O conselheiro Osmar Domingues Jeronymo, do TCE-MS (Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul), publicou 13 editais no Diário Oficial do órgão desta segunda-feira, intimando assessores e ex-assessores da Câmara Municipal de Bonito a apresentar, no prazo de 20 dias, documentos e esclarecimentos sobre irregularidades apuradas pela Corte de Contas no ano de 2024.

Após uma inspeção, uma série de contratações de serviços e pagamentos de diárias começou a ser investigada por suspeita de irregularidades. O MPMS (Ministério Público de Mato Grosso do Sul) também começou a acompanhar o caso.

Os editais citam individualmente os servidores e ex-servidores intimados e informam que esse meio de convocação foi adotado porque eles não foram localizados. As pessoas chamadas a prestar esclarecimentos exerceram funções administrativas relacionadas a contratações e à fiscalização de contratos.

No procedimento aberto pelo MPMS para acompanhar o processo em tramitação no TCE-MS, consta que um relatório de inspeção, produzido após análise realizada entre janeiro e junho de 2024, examinou por amostragem uma série de contratações da Câmara. Entre elas estão a seleção da empresa responsável pela realização do concurso público de 2024 e diferentes contratações de empresas e serviços naquele ano.

Os técnicos apontaram “fragilidades” nos procedimentos licitatórios, com “falhas relacionadas a aspectos elementares do ponto de vista jurídico”. Segundo o relatório, havia iniciativas em andamento, mas elas ainda estavam aquém do necessário em relação à governança dos gastos públicos.



Foram analisados 11 processos do primeiro semestre de 2024, que somaram R\$ 737 mil em contratações diretas. Entre eles estavam um treinamento de R\$ 50 mil, um projeto arquitetônico de R\$ 36 mil, a contratação de um especialista em compliance por R\$ 180 mil e reparos na sede do Legislativo em dois contratos, com valores entre R\$ 30 mil e R\$ 40 mil.

Também foi incluído na apuração um contrato de R\$ 310 mil com um instituto responsável pela realização do concurso público, igualmente firmado sem procedimento licitatório. O caso foi levado à Justiça por meio de uma ação civil pública.

A inspeção concluiu pela existência de fragilidades de forma geral, inclusive na execução dos contratos.

Os gastos com diárias também foram incluídos no relatório. Entre janeiro e 19 de junho de 2024, a Câmara desembolsou R\$ 1,1 milhão com esse tipo de pagamento.

Os técnicos compararam o montante com o orçamento da Casa no ano anterior, que foi de R\$ 8,8 milhões, e destacaram que as diárias representaram o equivalente a 13% desse valor.

Na avaliação dos auditores, as regras para a concessão das diárias eram vagas e genéricas, sem critérios contundentes que justificassem o gasto público.

A promotora Ana Carolina Castro pediu explicações à direção da Câmara há um ano e recebeu informações e documentos em duas ocasiões: no ano passado e em março de 2026.

Em agosto, o presidente da Câmara, Paulo Henrique Breda Santos, respondeu que a Casa vinha adotando mecanismos para aperfeiçoar as contratações e ampliar a transparência. Entre as medidas, citou a realização de licitações e a redução de 40% nos gastos com diárias. Segundo ele, as diárias não são utilizadas como mecanismo de complementação salarial.

O presidente também informou que um mesmo servidor não pode atuar simultaneamente na contratação e na fiscalização de um contrato. Essa situação já havia ocorrido na Câmara e foi considerada como uma fragilidade para a transparência dos procedimentos.

Paulo Henrique admitiu a prevalência de servidores comissionados devido à ausência de concurso público. A Câmara firmou com o MPMS um termo de ajustamento para a realização do certame, formalizado na Justiça.

O vereador afirmou também que os dados ficam disponíveis no Portal da Transparência da Câmara, permitindo o acesso e a fiscalização das informações. Em novo documento com explicações, o presidente informou que a Casa estava consolidando as adequações adotadas após a apuração.

Em abril, Jeronimo informou ao MPMS que os documentos estavam sendo analisados pela Divisão de Fiscalização de Contratações Públicas.

Se o TCE-MS comprovar ilegalidades, as pessoas envolvidas poderão ser multadas. O MPMS, por sua vez, poderá ingressar com ação de improbidade administrativa se concluir que houve dolo de prejudicar os cofres públicos. A instituição também poderá tentar formalizar um acordo para corrigir situações consideradas irregulares.

Fonte: Campo Grande News